

15º Sefaz Debate

Técnicos tributários debatem soluções para finanças do Rio Grande do Sul

Seminário apresentou propostas inovadoras e caminhos tradicionais para arrecadação do Estado



Autoridades e técnicos tributários lotaram o Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa

A qualidade dos painelistas e a presença de centenas de técnicos tributários da Receita Estadual garantiram o sucesso do 15º Sefaz Debate, rea-

lizado no dia 19 de março, na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

Com o tema "Fiscalização: equilíbrio fiscal sem aumentar tributos"

o evento técnico apresentou propostas inovadoras e caminhos tradicionais para aumentar a arrecadação do Estado, sem prejudicar os setores produtivos. De



Itacir Todero mediou os debates

um trecho do hino riograndense surgiu "As Façanhas dos Outros", título do primeiro painel que reuniu autoridades dos estados do Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco, e contou com a apresentação de *cases* inovadores que poderão servir de referência para os gaúchos. Todos os debates foram mediados pelo conselheiro substituto e ouvidor do Tribunal de Contas do Ceará, Itacir Todero.

Presença do governador

Destaque para as pre-

senças do governador José Ivo Sartori (PMDB) e do vice-governador José Paulo Cairoli (PSD), que prestigiaram o debate dos técnicos tributários sobre as finanças do Rio Grande do Sul. O secretário estadual da Fazenda, Giovani Feltes, abriu a segunda parte da programação, destacando que é preciso haver uma ação integrada dos setores de fiscalização no combate à sonegação.

Palavra do presidente

Na abertura do seminário, que lotou o Teatro Dante Barone, o presidente do Afocefe Sindicato, Carlos De Martini Duarte, em seu discurso, falou do orgulho que os gaúchos sempre sentiram por um estado protagonista em diversas áreas. **(Leia pronunciamento completo na página seguinte)**

Modernização tecnológica no Ceará

Projeto de fiscalização foi apresentado pelo secretário da Fazenda do Ceará, Mauro Benevides Filho

As ações tomadas pelo governo do Ceará serviram de exemplo de como impulsionar a arrecadação de impostos, sem aumentos de tributação. O projeto transformado em ação foi apresentado no 15º Sefaz Debate pelo secretário da Fazenda, Mauro Benevides Filho, que falou aos gaúchos no painel "As Façanhas dos Outros".

"No Brasil, quando se quer aumentar a arrecadação, aumenta-se a carga tributária e não a fiscalização. No Ceará é o oposto. Montaram um cinturão, onde a mercadoria é acompanhada desde a origem

até o destino", salientou o presidente do Afocefe, Carlos De Martini Duarte.

Tecnologia nos postos de fronteira

A iniciativa cearense que mais chamou a atenção do fisco gaúcho foi a implantação dos *scanners* nos postos de fronteira, utilizados para fiscalizar as mercadorias que entram e saem do território cearense.

Combate à sonegação sem elevar impostos

Ao falar por mais de uma

hora, Mauro Benevides Filho destacou que a previsão de déficit de R\$ 5,4 bilhões do Rio Grande do Sul, vai exigir um plano claro sobre o que fazer no dia seguinte aos cortes de gastos. Na sequência do alerta, Benevides Filho detalhou o modelo que fez a receita pública cearense aumentar 160% em sete anos, enquanto a inflação do período ficou abaixo de 60%. O palestrante defendeu ainda a montagem de uma estrutura para combater a sonegação sem ter de elevar impostos.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Ceará



Mauro Benevides Filho implantou tecnologia nos postos de fiscalização do Ceará

Palavra do presidente

“Sirvam, também, as façanhas dos outros de modelo à nossa terra”

Pronunciamento do presidente do Afocefe Sindicato na abertura do 15º Sefaz Debate

O hino riograndense, tão cantado com orgulho e altivez, traz uma notória estrofe: “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”.

Inspirado, por certo, no ideário farroupilha, passou também a traduzir o orgulho dos gaúchos por um Estado que se distinguiu pelo progresso proporcionado pela educação de qualidade, produtividade rural, excelência dos seus rebanhos, qualidade da mão-de-obra que tocava uma vigorosa industrialização, pelos feitos esportivos de suas duas principais forças futebolísticas e pela reputação de seus políticos.

Essa distinção, inclusive, determinou a presença de gaúchos na ampliação das fronteiras agrícolas de diversos estados. Vizinhos, como Santa Catarina e Paraná, ou longínquos, como Mato Grosso, Goiás, Bahia, Pará e até Roraima. O mesmo acontecendo em outras áreas, como a política, que notabilizou pela referência nacional gaúchos como Assis Brasil, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas e Leonel Brizola.

Passaram-se os anos e muito daquilo que era realidade, reduziu-se a *slogans*. Hoje o Rio Grande do Sul perde no cenário nacional, posições nos quesitos básicos de desenvolvimento social, político e econômico.

O viés da inovação e des-

bravamento - demonstrado em outros tempos - acabou por contaminar nossa capacidade de receber práticas bem sucedidas, desenvolvidas fora de nossos limites territoriais.

A tradição de não reeleger governadores, por exemplo, vista por alguns como virtude de um povo politizado e contestador, tem imposto ao Rio Grande um “marcar passo” em relação a outros estados, que proporcionam aos seus gestores o tempo necessário para sedimentar e consolidar projetos fundamentais ao seu desenvolvimento. Aqui, a cada quatro anos volta-se ao ponto de partida, abandonando boas iniciativas, muitas vezes em fase de implementação.

Nas finanças públicas, esse fenômeno também é percebido. De forma recorrente os governadores que assumem, assombam a população com dados que retratam uma situação caótica. Para enfrentar uma gama de despesas, inevitavelmente crescentes, contam com recursos que se escasseiam. Acenam com a austeridade, em outras palavras, redução de serviços públicos que, nas áreas prioritárias, já são precários.

O Afocefe Sindicato, para responder esta questão, saiu a campo e deparou-se com outras realidades. Constatção: as fontes tradicionais de receita não estão esgotadas.

“Fala-se em dívida, fala-se em cortes de despesa, fala-se em fontes alternativas, mas quase nada se fala sobre as fontes tradicionais de receita”

O nosso Estado, focando aumento de arrecadação em um único projeto proporcionado pela evolução digital, o controle das informações prestadas pelos contribuintes, ou monitoramento virtual, reduziu os controles físicos das operações de circulação de mercadorias, fonte real (fato gerador) do ICMS, sem nunca ter havido um trabalho técnico consistente, de profundidade, que sustentasse tal medida. O Posto Fiscal de Guaíba foi fechado sem resistência a um argumento que, em realidade, o justificava: “as empresas da metade Sul estariam sendo prejudicadas pela fiscalização”. Não vou gastar o precioso tempo de vocês para explicar o óbvio, que fiscalização não prejudica as empresas, ao contrário, as protege.

A circulação de documentos por meios eletrônicos não garante a execução da operação comercial equivalente, ou seja, o confronto entre a informação virtual e a operação física é insubstituível.

Outros estados apostaram no aumento da percepção de risco, revisaram práticas de controle de trânsito utilizando tecnologia de ponta. Ninguém é tolo em ir contra ao avanço tecnológico.

Fomos conhecer experiências exitosas. Muito bem recebidos e gostamos do que vimos - no Ceará, em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Também no Rio de Janeiro. Hoje, es-



Carlos De Martini Duarte - Presidente AFOCFE Sindicato

tamos trazendo para a discussão local algumas das façanhas desses estados: fiscalização integrada, presença mais visível do Estado. Enfim, vimos superação de corporativismo, quebra de paradigmas, mais auscultação da sociedade.

Obrigado aos amigos que atenderam nosso apelo para que viessem expor seus *cases*.

Antes de buscar fontes alternativas de receita, antes de propor aumento de alíquotas - lembram do aumento da alíquota de combustíveis, que em outros tempos escancarou a ineficiência fazendária? - antes de reduzir a prestação do serviço público, cabe vitalizar a fiscalização do trânsito de mercadorias, garantindo o aumento da arrecadação corrente, com processos modernos, com servidores capacitados e em número suficiente. Investimentos que retornam ao erário em prazos curtos.

Reafirmamos assim, com convicção, que a nomeação de técnicos tributários da Receita Estadual não representa aumento de despesa. Nem a de auditores fiscais. Aliás, nomeá-los possibilita fechar os verdadeiros corredores de sonegação com equipes de

“A sociedade quer ação, quer trabalho, quer economia pulsante. Os técnicos tributários querem espaço para trabalhar”

emprego rápido, dando resposta imediata à fraca sensação de risco percebida até pelos sindicatos empresariais que nos visitaram e demandam mais fiscalização ostensiva ao governo.

O que defendemos é a intensificação de operações como a “parada obrigatória”. Ultimamente os meios de comunicação muito se repetiam na divulgação das dificuldades do Estado.

Buscar e copiar modelos desenvolvidos em outros estados, não irá nos diminuir! O que nos diminui é a ineficiência em combater a sonegação, o orgulho retrógrado, a incapacidade de garantir, no mínimo, a manutenção do *status quo*.

Sirvam, portanto, para isso, também as façanhas dos outros de modelo à nossa terra.

Presidente: Carlos De Martini Duarte
Vice-Presidente: Gilberto da Silva
Secretário Geral: Niro Afonso Pieper
Diretor Financeiro: José Carlos Borges da Silveira Júnior (2013/2014) / Rodrigo de Castro Silveira (2015)
Diretor Administrativo: João Tolentino Borges (2013/2014) / Giugliano dos Santos Medeiros (2015)
Diretor Jurídico: Ives Agamenon Leite Lucas
Diretor Integração e Política Social: Paulo Roberto da Silva (2013/2014) / Antônio Flávio Nunes Bernardes (2015)
Diretor de Assuntos Sindicais e Formação Política: Adelar Vendruscolo (2013/2014) / Marcia Alves Anschau (2015)
Diretor de Comunicação e Cultura: Giugliano dos Santos Medeiros
Diretor Legislativo: Ivanir Roncatto (2013/2014) / Niro Afonso Pieper (2015)
Diretor de Desenvolvimento Funcional: Tânia Santos Coelho de Souza (2013) / Marcia Alves Anschau (2014/2015)



Rua dos Andradas, 1234, 21º andar - Porto Alegre/RS
 Fone: (51) 3021.2600 e-mail: afocefe@afocefe.org.br

Governo do Estado

Governador do Estado elogia realização do 15º Sefaz Debate

“Esse debate é muito importante para diminuir a sonegação e assim aumentar nossa arrecadação”, afirmou o chefe do poder Executivo do Rio Grande do Sul

O governador do Rio Grande do Sul prestigiou o 15º Sefaz Debate. José Ivo Sartori (PMDB), acompanhado do vice-governador José Paulo Cairolí (PSD), falou no encontro promovido pelo Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual, logo após anunciar, no Palácio Piratini, os dados sobre a situação financeira do Estado e algumas medidas adotadas para tentar reduzir o déficit do Estado- previsto em R\$ 5,4 bilhões para 2015.

José Ivo Sartori elogiou a iniciativa dos técnicos tributários do Estado em promover o evento, que teve como tema “Fiscalização: equilíbrio fiscal sem aumentar impostos”. Durante o encontro foram apresentadas ações positivas no combate à sone-

gação de tributos, o que reflete, diretamente, no aumento da arrecadação de ICMS.

O chefe do poder Executivo estadual acrescentou que, apesar da grave situação do Estado, com um déficit superior a R\$ 5 bilhões, e o fato de o cenário estar sendo exposto para toda a sociedade, “não significa que o governo está somente lamentando, mas sim, tomando atitudes para reverter este quadro”. Observou ainda que a ajuda mútua entre os poderes é fundamental para que o Rio Grande do Sul encontre o caminho do desenvolvimento novamente. “Todos sabemos que o desejo da sociedade é poder contar com serviços públicos que funcionem e, desde



Governador do Estado prestigiou a realização do 15º Sefaz Debate

que assumimos, estamos nos empenhando, mesmo com todas as dificuldades, para que não falte o fundamental: saúde, educação, segurança, entre outros serviços essenciais”, complementou Sartori.

Para o governador, iniciativas como a do Afocee Sindicato, de promover o debate sobre arrecadação e a troca de experiências com representantes de outros estados, “contribui, e muito, para que se possa

superar a crise”. Enfatizou que o zelo pelas finanças públicas é fundamental. “Esse debate é muito importante para diminuir a sonegação e assim aumentar nossa arrecadação”, concluiu o governador.

Assembleia Legislativa

Presidente destaca importância de discutir soluções para finanças



Deputado Edson Brum afirmou que o contrabando dificulta a organização tributária do Estado

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Edson Brum (PMDB),

participou da abertura do 15º Sefaz Debate. Durante seu pronunciamento o

parlamentar registrou a importância de se discutir o tema e buscar soluções para as finanças do Estado.

“A sonegação de impostos e os produtos contrabandeados que entram no Rio Grande do Sul são alguns dos fatores que dificultam a organização tributária do Estado”, disse. “Essa discussão que o Afocefe propõe aqui nos faz repensar como agir em relação às finanças do nosso Estado, que sofre intensamente com os problemas que foram se acumulando ano a ano”, continuou. “Precisamos buscar receitas alternativas, os exemplos dos estados do Ceará e Pernambuco, nortearão soluções para Rio Grande do Sul também”.

(Fonte: AI)

Secretário ressalta papel da fiscalização



Secretário Giovanni Feltes falou aos técnicos tributários

O secretário estadual da Fazenda, Giovanni Feltes, ressaltou a importância de uma ação integrada dos setores de fiscalização para combater a sonegação. “Ao mesmo tempo que avançamos nos mecanismos de controle que a tecnologia nos oferece, não podemos desconsiderar o papel do servidor nesta tarefa fundamental para o Estado”, ressaltou Feltes, ao abrir as atividades da parte da tarde, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa gaúcha.

Feltes destacou, também, o esforço dos servidores da Fazenda no crescimento da arrecadação ao longo dos últimos anos, mas evidenciou o quanto “medidas mais visíveis são pedagógicas para evitar a sonegação”. O secretário destacou que esta tem sido uma orientação do governador José Ivo Sartori (PMDB): “Realizamos uma operação simultânea de fiscalização sobre o ICMS na capital e interior. Vamos ter outras”, avisou o secretário.

(Fonte: Secretaria da Fazenda)

Tribunal de Contas do Estado

Presidente defende meios para recuperar dívida ativa do Estado e municípios



Cezar Miola foi um dos painelistas do evento

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Cezar Miola, integrou o painel "O Poder/Dever de Fiscalizar". Em sua manifestação defendeu a recuperação da dívida ativa do Estado e dos municípios por meio do protesto extrajudicial.

"A ação tende a inibir a inadimplência e contribuir para a redução do volume de execuções fiscais ajuizadas,

além de tornar mais célere e econômica a recuperação desses valores", destacou.

A atuação do TCE-RS na administração e fiscalização tributária também foi abordada durante o encontro. "A qualidade da gestão dos recursos também precisa ser analisada", ressaltou Cezar Miola.

(Fonte: TCE-RS)

Reestruturação

Integração em Pernambuco

O secretário-executivo da Receita Estadual de Pernambuco, Oscar Vitor Vital dos Santos, tratou da integração da auditoria com os postos fiscais. Ao expor o projeto durante o painel "As façanhas dos outros", explicou que Pernambuco reestruturou o trânsito de mercadorias, criando núcleos regionais de controle, cobrindo melhor os pontos de fuga do Estado. Este trabalho dos núcleos visa integrar o controle de mercadorias em trânsito nas divisas com o trabalho de auditoria de retaguarda, tornando o primeiro, fornecedor de dados para o segundo.

Foto: Antonio Grzybowski



Secretário-executivo da Receita Estadual falou sobre o projeto de integração de Pernambuco

Solução da crise

Equilíbrio fiscal sem aumento de impostos

O prefeito de São João da Urtiga, Papparico Bacchi (PDT), em pronunciamento

realizado durante o painel "Receita estadual e a nossa contribuição para solução da

crise", defendeu a reabertura dos postos de fiscalização nas fronteiras, valorização dos servidores da receita estadual, combate a sonegação, gestão eficiente e ação imediata do governo do Estado no sentido de arrecadar mais, sem aumentar tributos.

Papparico Bacchi afirmou que o governo precisa ouvir a voz das ruas e tomar atitudes para retomar o caminho do desenvolvimento:

"O povo está cansado de a cada quatro anos mandar para casa os governadores que se mostram ineficazes, que não apresentam soluções para nosso Estado. Precisamos de ações imediatas e de propostas claras", ressaltou o prefeito ao defender o incremento na fiscalização dos tributos como ferramenta para promover o equilíbrio fiscal sem aumentar impostos.



Prefeito Papparico Bacchi defendeu a reabertura dos postos de fiscalização nas fronteiras do Estado

Demais Painelistas



Marcos Bemquerer Costa - Ministro do Tribunal de Contas da União



Milton Mattana - Consultor tributário da Federação dos Municípios do RS



Mário Wunderlich dos Santos - Subsecretário da Receita Estadual - RS